



Câmara Municipal de Votorantim

ENTRADA 13 / 08 / 01 PROJETO DE LEI nº 35/01

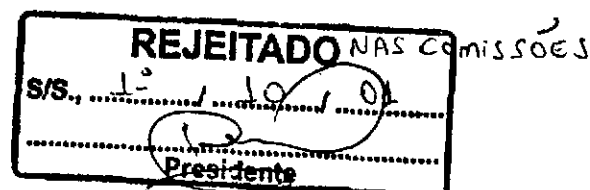
ARQUIVO 03 / 10 / 01

AUTORIA João Soares de Queiroz

ASSUNTO:

Dispõe sobre o funcionamento das Rádios Comunitárias

(RADCOM)





Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

Projeto de Lei nº 35/01

Dispõe sobre o funcionamento das Rádios Comunitárias (RADCOM).

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA:

Art. 1º – O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos da Constituição Federal (Artigo 5º, incisos IV, V, IX, X e XIV, e Artigo 220 e seus parágrafos, 221, 222 e 223 “caput”, exceto no que se refere à competência federal), e, especificamente, aos desta lei, editada com fulcro nos Artigos 1º, 18 e 30, inciso I, da Carta Magna, e, no que couber, supletivamente, ao disposto nas seguintes lei federais: Lei 4.117, de 27/08/62, modificada pelo Decreto-Lei 236, de 28/02/67, excetuando seu Artigo 70, Lei 9.472, de 16/07/97, com exceção dos Artigos 183/5, Lei 9.612, de 19/02/98 e quaisquer outros normativos federais pertinentes, de caráter geral para o país, desde que não afrontem matérias de interesse unicamente local.

Art. 2º – Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, por Associações e Fundações de âmbito local, sem fins lucrativos, cujos dirigentes residam no município, devidamente instituídas e registradas, que tenham por objeto a difusão sonora com fins culturais, educacionais, filantrópicos, assistências e de prestação de serviço de utilidade pública, e se proponham notadamente a:

- a) divulgar notícias e idéias, manter a população bem informada, promover o debate de opiniões, valorizar a manutenção das tradições e do folclore típicos, visando ampliar a cultura;
- b) integrar a comunidade, inclusive o homem do campo, desenvolver o espírito de solidariedade e responsabilidade comunitária, incentivando a participação nas ações da defesa civil, a prestação de serviço de utilidade pública e de assistência social;
- c) contribuir para o desenvolvimento do exercício e aprimoramento profissional dos radialistas e



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

jornalistas, bem como a busca de talentos, com efetivo apoio e incentivo na publicidade de seus valores, nas áreas da música, do canto, do folclore e todos os outros tipos de raízes culturais;

- d) dar preferência a programas que atinjam, prioritariamente, finalidades educativas, artísticas e informativas, em benefício da comunidade, principalmente aos que têm menos acesso à informação, enfatizando o respeito aos valores éticos, familiares e sociais.

§ 1º – O estatuto e o nome de fantasia conterão obrigatoriamente a expressão “rádio comunitária”, que também dever ser obrigatoriamente difundida na programação da emissora.

§ 2º – Excluem-se, do âmbito desta lei, as Universidades, as Faculdades e Fundações, de Ensino Superior, públicas ou privadas, por estarem sujeitas à fiscalização e controle dos Ministérios da Educação e da Comunicação, no que concerne à radiodifusão sonora, em frequência modulada, consoante legislação federal específica, já existente, que cuida especialmente das rádios educativas.

§ 3º – Considera-se de baixa potência a emissora que utilize até 25 watts ERP, face à dimensão específica do Município de Votorantim – e cuja altura da antena do sistema irradiante não seja superior a 30 metros, devendo, no cálculo da intensidade de campo (dBμ), serem consideradas, como variáveis, a quantidade fixada de Watts e a distância em quilômetros determinada na forma abaixo.

§ 4º – Por cobertura restrita, entende-se aquela necessária para atingir toda a extensão territorial do município, não podendo, em princípio, ultrapassar seus limites.

§ 5º – Para definição do contorno, em virtude da quantidade de dBμ da emissora, de modo a evitar interferências e o melhor aproveitamento quantitativo do espectro eletromagnético, bem como a melhor qualidade do som, pelo correto direcionamento da antena, será obrigatoriamente considerado o relevo físico do município, tomando-se como base a carta topográfica analógica e a



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

digitalização do terreno, para determinação das curvas de níveis, o ganho de antena transmissora será de no máximo, 0 dBμ, em relação ao dipolo de meia onda.

§ 6º – Para a determinação específica da cobertura da cada emissora, levar-se-á em conta a cota do terreno no local de instalação do sistema irradiante, com desnível superior a 30 metros.

§ 7º – Cada rádio comunitária terá direito a um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão modulada (FM), que variará de 88 a 108 Mhz, dessas posições ficam reservadas 20% para uso da União Federal.

§ 8º – Poderão ser utilizados pelas rádios comunitárias, para, se necessário, aumentar a disponibilidade de novos canais, os espaços vazios não utilizados por quaisquer outros serviços de telecomunicações ou radiodifusão, mediante estudo técnico específico para esse fim.

§ 9º – Os dados acima serão disponibilizados pelo Município, o mais breve possível, de acordo com suas disponibilidades. Até que isso aconteça, as rádios comunitárias, já existentes, continuarão operando normalmente, na forma usual e as novas, que pretenderem obter autorização para a execução do serviço, apresentarão projeto por profissional habilitado, com anotação de responsabilidade técnica, com o diagrama acima mencionado, ou diagrama de irradiação horizontal da antena transmissora, com a indicação do Norte verdadeiro, e diagrama de irradiação vertical, e especificações técnicas do sistema irradiante proposto, sendo que, no caso de antenas de polarização circular ou elíptica, devem ser apresentadas as curvas distintas das componentes horizontal e vertical dos diagramas. A interessada deverá comprovar, ainda, que a instalação proposta não fere os gabaritos de proteção aos aeródromos locais.

§ 10º – Somente será permitida a mudança da emissora, depois de obtida a autorização de funcionamento pelo Poder Executivo Municipal, mediante a apresentação, pela interessada, de diagrama, na forma acima, comprovando a ausência de interferência ou de qualquer espécie de dano para as demais rádios comunitárias em funcionamento, ou outro tipo de operadora de radiodifusão sonora,



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

ou de imagens e som, ou, obviamente, de prejuízo para o serviço de telecomunicação dos aeroportos locais.

Art. 3º – A outorga de autorização para a exploração do serviço de radiodifusão comunitária será concedida pelo poder Executivo local, mediante pedido por escrito da entidade interessada.

§ 1º – As entidades interessadas a operar o sistema de radiodifusão comunitária deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos:

- a) Estatuto social, evidenciando seu objeto, devidamente registrado no cartório competente, comprobatório de personalidade jurídica;
- b) Ata atualizada da eleição da diretoria, com especificação da duração do mandato, também registrada;
- c) Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos;

§ 2º – O prazo de concessão será de 10 anos, renovável por iguais períodos, desde que cumprida toda legislação pertinente.

§ 3º – As rádios comunitárias que, na data da publicação desta lei, estejam operando no município fica assegurado, automaticamente, o direito à obtenção da respectiva concessão, *respeitando-se o seu respectivo número indicativo da faixa em que já opera*, em quantidade de Mhz, desde que o requeiram no prazo de 60 dias, contados da publicação do Regulamento, o qual pedido não poderá ser negado por motivo administrativo algum, exceto por violação à Constituição Federal e às leis vigentes, mediante fundamentação por escrito. Nesse caso, facultar-se-lhes-á a regularização das falhas detectadas no prazo de 60 dias.

Art. 4º – É vedada a formação de rede, ou cadeia, pelas rádios comunitárias com outras entidades da telecomunicação, ou radiodifusão, com exceção das determinadas pela legislação federal e, ainda, facultativamente, a operacionalizada somente entre elas,



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

desde que respeitada a cobertura máxima do perímetro territorial do município.

Art. 5º – As rádios comunitárias poderão obter dos estabelecimentos privados, situados no município – abrindo-se exceção para a divulgação de eventos esporádicos e comprovadamente verdadeiros a acontecerem em outras localidades, ainda que fora do Estado – patrocínio financeiro, em forma de apoio cultural, para cobrir suas despesas com os programas a serem transmitidos. Os Entes políticos (União Federal, Estados e Municípios) e suas respectivas Autarquias e Fundações públicas, respeitadas suas específicas legislações, inclusive, obrigatoriamente, o processo de licitação pelo menor preço, poderão, também, proporcionar o apoio cultural, em contrapartida à veiculação de publicidade de interesse público.

Art. 6º – É vedada a cessão ou arrendamento da emissora comunitária, ou de horários de sua programação.

§ 1º – A participação de horários de sua programação só terá efeito perante o poder concedente, se a entidade adquirente preencher todos os requisitos previstos nesta lei, mediante requerimento com a documentação comprobatória respectiva.

Art. 7º – Constituem infrações passíveis da aplicação das penas abaixo especificadas, observado o devido processo legal:

- a) Operar sem a concessão do poder municipal;
- b) Usar equipamento fora das especificações técnicas, ou não autorizados ou homologados pelos órgãos federais competentes (Anatel ou Ministério das Comunicações);
- c) Transferir, sem anuência do poder concedente, os direitos decorrentes da concessão ou qualquer procedimentos de execução do serviço de radiodifusão;
- d) Promover, dolosamente, interferência no sistema de irradiação de outra rádio comunitária, ou qualquer



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

outro serviço de radiodifusão ou de telecomunicação sonora, ou de imagens e som;

- e) Permanecer fora de operação por mais de 30 dias, sem motivo justificado;
- f) Infringir qualquer dispositivo desta lei ou da correspondente regulamentação.

Art. 8º – São as seguintes as penalidades por eventual infração cometida, aplicáveis gradualmente de acordo com a gravidade do fato, após garantida e prévia e ampla defesa:

- I – advertência;
- II – revogação da autorização, em caso de reincidência;

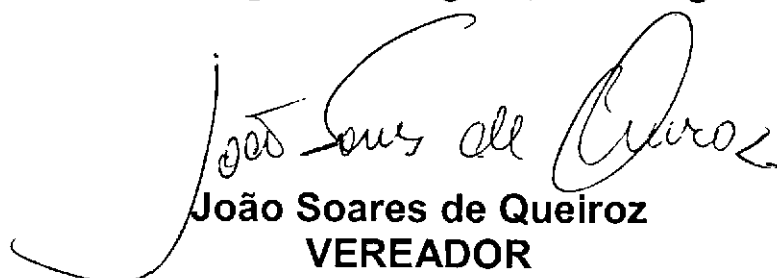
Art. 9º – A outorga da autorização para execução do serviço de radiodifusão comunitária fica sujeita ao pagamento de taxa, destinada ao custeio do cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo poder concedente.

Art. 10 – O Poder Executivo baixará os atos complementares necessários à regulamentação da presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação.

Art. 11 – As despesas decorrentes com a aprovação desta Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "Pedro Augusto Rangel" , 13 de agosto de 2001.


João Soares de Queiroz
VEREADOR

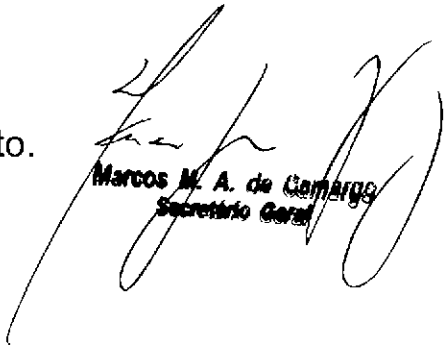


Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA CÂMARA EM 14/08/2.001

Ao Sr. Presidente para o devido encaminhamento.


Marcos M. A. de Camargo
Secretário Geral

GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 14/08/2.001

Encaminhe-se ao Procurador Jurídico, para emissão de Parecer e após encaminhar às respectivas Comissões.

- ☒ Comissão de Justiça
- ☒ Comissão de Finanças e Orçamento
- ☐ Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente
- ☐ Comissão de Política Social
- ☐ Comissão de Economia
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo
- ☐ Comissão de Administração Pública
- ☐ Comissão de defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania
- ☐ Comissão de redação
- ☐ Mesa Diretora


JERSON Pedroso
Presidente



Câmara Municipal de Votorantim

“Capital do Cimento”

ESTADO DE SÃO PAULO

Procuradoria Jurídica

Parecer nº 050/2001.

Projeto de Lei nº 35/01, de autoria do Vereador João Soares de Queiroz, que dispõe sobre o funcionamento das Rádios Comunitárias.

Parecer:

O Município não tem competência para legislar sobre esta questão de funcionamento de rádio comunitária a ser explorada por associações e fundações de âmbito local, sem fins lucrativos, com dirigentes residentes no Município.

E isto porque, a rigor, esta matéria é competência da União, conforme o disposto no inc. XII, alínea “a”, do art. 21, da CF/88:

“Art. 21. Compete à União:

.....
XII – Explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão:

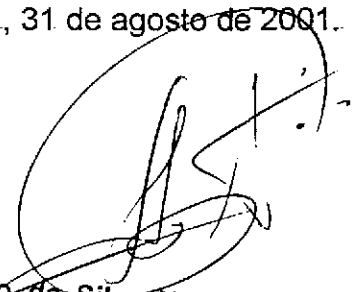
a) os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens;”

* redação da alínea “a” dada pela Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995.

* Legislação infraconstitucional: Lei nº 4117/62 (Código Brasileiro de Telecomunicações).

Quando muito, o Município poderia disciplinar no sentido da localização apropriada para instalação da rádio, seguindo sua lei de zoneamento; porém, dispor sobre concessão de rádio comunitária afigura-se nos inconstitucional, por ser matéria estranha à competência legislativa municipal.

Votorantim, SP., 31 de agosto de 2001.


João da Silva Neto
Chefe de Serviços Jurídicos
OAB/SP 102952-B



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"

ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA ao

PROJETO DE LEI Nº 35/01

O Vereador João Soares de Queiroz, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Projeto de Lei que dispõe sobre o funcionamento das Rádios Comunitárias. (RADCOM)

Diante do exposto no Parecer nº 050/2001 da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, o presente Projeto não deverá prosseguir, portanto, esta Comissão opina pela **REJEIÇÃO** do mesmo.

Este é o nosso parecer, s.m.j.

Votorantim, 01 de outubro de 2.001


ADILSON HOULENES MÓRA
Relator

A Comissão de **JUSTIÇA** em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado e que passa a constituir o Parecer **CONTRÁRIO** da Comissão à matéria em questão.

MEMBROS

JOÃO SOARES DE QUEIROZ - Presidente


ORLANDO HERRERA DIAS


LUIZ GONZAGA LOPES


JOÃO CAU



Câmara Municipal de Votorantim

"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO ao

PROJETO DE LEI Nº 35/01

O Vereador João Soares de Queiroz, no uso de suas atribuições legais apresenta o presente Projeto de Lei que dispõe sobre o funcionamento das Rádios Comunitárias. (RADCOM)

Diante do exposto no Parecer nº 050/2001 da Procuradoria Jurídica, desta Casa de Leis, e da Comissão de Justiça, esta Comissão opina pela **REJEIÇÃO** do presente Projeto de Lei.

Este é o nosso parecer.

Votorantim, 01 de outubro de 2.001

PRIMO ALVINO VIEIRA

Relator

A Comissão de **Finanças e Orçamento** em reunião com seus membros, resolveu acatar o relatório apresentado e que passa a constituir o Parecer **CONTRÁRIO** da Comissão à matéria em questão.

MEMBROS


JOMAR TELES PROCÓPIO - Presidente


OSVALDO BRASIL

MARCELO DE SOUZA


PAULO SÉRGIO LOPES DE OLIVEIRA